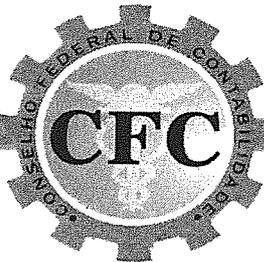


11ª Edição - 2011

EXAME



C N A I



Prova de Qualificação Técnica Geral

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO
NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO
FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)
Edital CFC/CAE 1/2011**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
- Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) alternativas, e 2 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. A NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com as Normas de Auditoria apresenta uma série de definições de termos vinculados aos objetivos da norma. Em relação a esse assunto, assinale a opção **INCORRETA**.
 - a) Julgamento profissional é a aplicação do treinamento, conhecimento e experiência relevantes, dentro do contexto fornecido pelas normas de auditoria, contábeis e éticas, na tomada de decisões informadas a respeito dos cursos de ação apropriados nas circunstâncias do trabalho de auditoria.
 - b) Ceticismo profissional é a postura que inclui uma mente questionadora e alerta para condições que possam indicar possível distorção devido a erro ou fraude e uma avaliação crítica das evidências de auditoria.
 - c) Risco de distorção relevante é o risco de que as demonstrações contábeis contenham distorção relevante antes da auditoria.
 - d) Asseguração razoável é, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis, um nível absoluto de segurança.

2. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, supõe-se que o controle existe quando a controladora possui, direta ou indiretamente, por meio de controladas, mais da metade do poder de voto da entidade. Essa suposição pode ser afastada em circunstâncias excepcionais, caso possa ser demonstrado claramente que tal propriedade não constitui controle. Controle também existe quando a controladora possui metade, ou menos, do poder de voto da entidade, mas possui poder:
 - a) sobre mais de 20% dos direitos de voto em razão de acordo com outros investidores.
 - b) para governar as políticas operacionais e financeiras da entidade, conforme estatuto ou acordo.
 - c) para indicar ou destituir membros do conselho de administração ou órgão de administração, mesmo que isso signifique não controlar a entidade por meio desse conselho ou órgão.
 - d) para obter até um terço dos votos nas reuniões do conselho de administração ou órgão de administração equivalente.

3. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro, na data de cada divulgação, é o líquido das quantias seguintes, **EXCETO**:

- a) a quantia com base na qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado no reconhecimento inicial.
- b) mais ou menos o valor justo do ativo ou passivo na data da divulgação.
- c) mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa efetiva de juros, de qualquer diferença entre o valor no reconhecimento inicial e o valor no vencimento.
- d) menos, no caso de ativo financeiro, qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta de provisão) para redução ao valor recuperável ou reconhecimento de perda por provável não recebimento.

4. A Companhia Caxias forneceu as seguintes informações para a preparação da sua demonstração dos fluxos de caixa pelo **método indireto**:

	<u>R\$</u>
- Lucro Líquido do Exercício	400.000,00
- Depreciação	200.000,00
- Lucro na Alienação do Imobilizado	100.000,00
- Despesa com Juros	150.000,00
- Juros a Pagar no início do exercício	100.000,00
- Juros a Pagar no final do exercício	50.000,00
- Imposto de Renda Pago	100.000,00
- Contas a Receber no início do exercício	500.000,00
- Contas a Receber no final do exercício	850.000,00
- Estoques no início do exercício	500.000,00
- Estoques no final do exercício	400.000,00
- Contas a Pagar no início do exercício	200.000,00
- Contas a Pagar no final do exercício	500.000,00

Considerando as informações acima, assinale a opção que apresenta o valor do caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, conforme a NBC TG 3.

- a) R\$650.000,00.
- b) R\$550.000,00.
- c) R\$500.000,00.
- d) R\$600.000,00.

5. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a entidade deve reconhecer como despesa, e não como ativo intangível, os seguintes gastos, **EXCETO**:

- a) marcas geradas internamente, lista de publicação, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares em substância.
- b) marcas adquiridas em uma combinação de negócios.
- c) gastos com atividades iniciais (isto é, custo inicial das operações), que incluem os custos de estabelecimento, tais como custos jurídicos e de formalidades incorridos para estabelecer a entidade jurídica, gastos para abrir nova instalação ou negócio (isto é, custos pré-abertura) e gastos para iniciar novas unidades operacionais ou para lançar novos produtos ou processos (isto é, custos pré-operacionais).
- d) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente.

6. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, assinale a opção que apresenta indicadores de situações que, individualmente ou em conjunto, podem, também, determinar que um arrendamento mercantil seja classificado como financeiro.

- a) Se o arrendatário puder cancelar o arrendamento mercantil, as perdas do arrendador associadas com o cancelamento são suportadas pelo próprio arrendador.
- b) Os ganhos ou as perdas da flutuação no valor residual do ativo arrendado são atribuídos ao arrendatário (por exemplo, na forma de abatimento do aluguel que equalize a maior parte do valor da venda no fim do arrendamento mercantil).
- c) O arrendatário tem a capacidade de continuar o arrendamento mercantil por um período adicional com pagamentos que sejam compatíveis aos de mercado.
- d) O arrendamento mercantil não transfere a propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil.

7. A Construtora Fortes S.A. assinou um contrato na modalidade Preço Fixo para a construção de uma ponte estaiada por R\$18.000.000,00. De acordo com estimativas do departamento de planejamento e controle, o custo estimado na data do contrato era de R\$16.000.000,00 e o prazo de construção de três anos.

Ao final do primeiro ano da construção, os custos foram revistos e aumentados em R\$100.000,00. Durante o segundo ano, a contratante concordou com alterações no contrato, que aumentaram a receita em R\$400.000,00 e o custo em R\$300.000,00.

A Construtora Fortes S.A. determinou o estágio de execução das obras, calculando a proporção dos custos incorridos relacionados aos trabalhos executados até a data da mensuração, contrapondo-os às últimas estimativas de custos totais para executar a obra.

Todos os valores mencionados nesta questão estão líquidos de impostos.

O resumo das informações financeiras durante o período de construção da obra é o seguinte: (em Reais sem centavos)

	2008	2009	2010
Receita inicialmente estimada	18.000.000	18.000.000	18.000.000
Adicional	<u>0</u>	<u>400.000</u>	<u>400.000</u>
Receita total	18.000.000	18.400.000	18.400.000
Custos incorridos	4.186.000	12.136.000	16.400.000
Custos a incorrer	<u>11.914.000</u>	<u>4.064.000</u>	<u>0</u>
Custos totais estimados	<u>16.100.000</u>	<u>16.400.000</u>	<u>16.400.000</u>
Resultado estimado	1.900.000	2.000.000	2.000.000

Com base na NBC TG 17 – Contratos de Construção e nos dados apresentados, assinale a opção que apresenta a percentagem de execução e os resultados desse contrato reconhecidos contabilmente nos exercícios de 2008 e 2009:

- a) 26% e R\$494.000,00 em 2008 e 74% e R\$986.000,00 em 2009.
- b) 26% e R\$494.000,00 em 2008 e 40% e R\$800.000,00 em 2009.
- c) 20% e R\$380.000,00 em 2008 e 74% e R\$1.080.000,00 em 2009.
- d) 20% e R\$380.000,00 em 2008 e 40% e R\$800.000,00 em 2009.

8. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a entidade deve reconhecer a receita originada na venda de produtos quando forem satisfeitas TODAS as seguintes condições.

- a) Tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade e efetivo controle de tais produtos; possa ser mensurado de forma confiável o valor da receita; ser provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; e possam ser mensurados de forma confiável os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação.
- b) Tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos; seja provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; e possam ser mensurados de forma confiável os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação.

- c) Tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos; possa ser mensurado de forma confiável o valor da receita; e seja provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade.
- d) Tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos; não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos; possa ser mensurado de forma confiável o valor da receita; seja provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; e os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação possam ser mensurados de forma confiável.
- 9. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, no que se refere ao reconhecimento das subvenções governamentais, assinale a opção CORRETA.**
- a) A subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos.
- b) A subvenção que impõe determinadas condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora será reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido quando as condições de desempenho forem atendidas.
- c) A subvenção recebida antes de os critérios de reconhecimento de receita serem satisfeitos é reconhecida como uma Reserva de Capital.
- d) A entidade deve mensurar as subvenções pelo valor histórico do ativo recebido ou recebível.
- 10. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, ao avaliar se existe qualquer indicação de fontes externas de informação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, EXCETO:**
- a) se mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.
- b) se as taxas de juros de mercado ou as outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos aumentaram durante o período e se esses aumentos provavelmente afetaram materialmente a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de ativo e diminuindo o valor justo menos as despesas para vender o ativo.

- c) se mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram no futuro próximo, na medida ou na maneira em que um ativo é utilizado ou espera-se que seja utilizado. Essas mudanças incluem: o ativo tornar-se inativo, planos para descontinuar ou reestruturar a operação na qual o ativo pertence, planos para alienar o ativo antes da data previamente esperada e revisão da vida útil do ativo como definida ao invés de indefinida.
- d) o valor contábil dos ativos líquidos da entidade é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo (tal estimativa pode ter sido feita, por exemplo, em relação ao potencial de venda de parte ou de toda a entidade).

11. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, cada entidade deve identificar sua moeda funcional e, para tanto, deve considerar os seguintes fatores na sua determinação, EXCETO:

- a) a moeda que mais influencia os preços de bens e serviços (esta é frequentemente a moeda na qual o preço de venda de seus produtos e serviços está expresso e é liquidado).
- b) a moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços.
- c) a moeda que mais influencia a mão de obra, o material e outros custos para o fornecimento de produtos ou serviços (esta é, frequentemente, a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).
- d) a moeda na qual as demonstrações contábeis são consolidadas na matriz quando se tratar de controlada.

12. A empresa KLM S.A apurou um lucro líquido de R\$820.000,00 e, antes de qualquer destinação, possuía um patrimônio líquido com a seguinte configuração:

Rubricas	
Capital Social	R\$2.000.000,00
Reserva Legal	R\$89.000,00
Reserva p/ Aumento de Capital	R\$278.000,00
Total do Patrimônio Líquido	R\$2.367.000,00

O Capital é representado, em sua totalidade, por ações ordinárias nominativas às quais são assegurados dividendos mínimos de 12% ao ano sobre o valor do Capital. Considerando as determinações contidas na Lei n.º 6.404/76, como ficou o Patrimônio Líquido depois da distribuição?

- a) Capital – R\$2.000.000,00; Reserva Legal – R\$127.600,00; Reserva p/Aumento de Capital – R\$819.400,00.
- b) Capital – R\$2.000.000,00; Reserva Legal – R\$130.000,00; Reserva p/Aumento de Capital R\$326.000,00; Lucros Acumulados R\$731.000,00.
- c) Capital – R\$ 2.000.000,00; Reserva Legal – R\$130.000,00; Reserva p/Aumento de Capital - R\$817.000,00.
- d) Capital – R\$2.000.000,00; Reserva Legal – R\$127.600,00; Reserva p/Aumento de Capital R\$819.400,00; Dividendos a Pagar – R\$240.000,00.

13. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, eventos subsequentes ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis são aqueles, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Assinale a opção que apresenta o tipo de evento que NÃO gera ajuste após o encerramento do período.

- a) A descoberta de fraude ou erros que demonstrem que as demonstrações contábeis estavam incorretas.
- b) Declínio no valor de mercado de investimentos ocorridos no período compreendido entre o final do período e a data de autorização de emissão das demonstrações contábeis.
- c) A determinação, após o encerramento do período, do custo de ativos comprados antes do final daquele período.
- d) Decisão ou pagamento de processo judicial, após o encerramento do período, confirmando que a entidade já tinha uma obrigação presente ao final daquele período.

14. A companhia aberta Novonorte S.A. adquiriu, em fevereiro de 2010, uma participação minoritária de 40% do capital votante (32% do capital total) da Belosventos S.A. Em maio de 2010, por decisão da maioria, houve redução do capital social com devolução de recursos aos acionistas. Em novembro de 2010, pela primeira vez, foi celebrado um acordo de acionistas e a Novonorte S.A. passou a exercer controle sobre a administração da Belosventos S.A. Em 31 de dezembro de 2010, a Novonorte S.A. deverá elaborar demonstrações contábeis consolidadas. Qual será o período de consolidação para o resultado da investida?

- a) A partir de janeiro de 2011.
- b) Fevereiro a dezembro de 2010.
- c) Novembro e dezembro de 2010.
- d) Maio a dezembro de 2010.

15. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, um adquirente deve ser identificado para todas as combinações de negócios. Embora algumas vezes a identificação da adquirente possa ser difícil, existem normalmente indicações de sua existência. Assinale a opção que NÃO apresenta indicação da existência de adquirente.

- a) Se o valor justo de uma das entidades combinadas é significativamente maior do que o valor justo da outra entidade combinada, a entidade com o maior valor justo é, provavelmente, a adquirente.
- b) Se a combinação de negócios é efetivada por meio de uma troca de títulos patrimoniais ordinários com direito a voto por caixa ou outros ativos, a entidade que está entregando caixa ou outros ativos é, provavelmente, a adquirente.
- c) Se a combinação de negócios resulta na administração de uma das entidades combinadas, sendo capaz de dominar a seleção da equipe de administradores da entidade combinada resultante, a entidade cuja administração é capaz de dominar é, provavelmente, a adquirente.
- d) Se o valor patrimonial de uma das entidades combinadas é significativamente maior do que o valor patrimonial da outra entidade combinada, a entidade com o maior valor patrimonial é, provavelmente, a adquirente.

16. A NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis estabelece que a entidade que apresentar as demonstrações contábeis em conformidade com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) deve declarar, de forma explícita, que atende plenamente às referidas normas. Caso não seja possível atender a todos os requisitos ou a Administração entenda que sua aplicação compromete os objetivos das demonstrações contábeis, a entidade deve divulgar, entre outras, as seguintes observações, EXCETO:

- a) que a administração concluiu que as demonstrações representam, apropriadamente, a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.
- b) que adotou os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações aplicáveis, exceto pela não adoção de um requisito com a finalidade de obter representações adequadas.
- c) as razões da não aplicação e a concordância do auditor independente.
- d) o tratamento que o Pronunciamento, Orientação e Interpretação exigiria e o procedimento efetivamente adotado.

17. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a entidade deve divulgar nas notas explicativas informações sobre os principais pressupostos relativos ao futuro e outras fontes importantes de incertezas das estimativas na data de divulgação das demonstrações contábeis que tenham risco significativo de provocar modificação material nos valores contabilizados de ativos e passivos durante o próximo exercício financeiro. Com relação a esses ativos e passivos, as notas explicativas **DEVEM** incluir detalhes sobre:

- a) a natureza e os saldos no final do período de divulgação.
- b) a natureza e os saldos no início do período de divulgação.
- c) os valores apresentados no início e no final do período de divulgação.
- d) a natureza, os riscos e as expectativas no início e no final do período de divulgação.

18. A Joinville S.A. adquiriu 60% da Floripa Ltda. O goodwill resultante da aquisição foi de R\$24 milhões e o valor contábil dos ativos líquidos (patrimônio líquido) da Floripa Ltda. em suas demonstrações contábeis é de R\$60 milhões em 31/12/2010. O valor recuperável da unidade geradora de caixa da Floripa Ltda. é de R\$80 milhões em 31/12/2010.

Conforme a NBC TG 01 – Redução ao valor Recuperável de Ativos, qual é o valor da perda por impairment em 31/12/2010 a ser reduzida do goodwill registrado na Joinville S.A.?

- a) R\$24 milhões.
- b) R\$4 milhões.
- c) R\$12 milhões.
- d) R\$20 milhões.

19. A Assembleia Geral Extraordinária da companhia aberta Patagônia S.A., realizada em 29 de agosto de 2010, decidiu distribuir aos acionistas uma bonificação em ações de 100% do capital social, que, na data, estava representado por 120.000 ações ordinárias e 250.000 ações preferenciais. A bonificação decorreu da existência de reservas de lucros. Foi definido pela Assembleia que o custo fiscal das ações bonificadas seria de R\$3,00 cada. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade e na legislação societária, como você, na condição de contador da controladora Buenos Aires S.A., que possui 100.000 ações ordinárias da subsidiária, deverá proceder para registrar contabilmente essa bonificação de forma correta?

- a) Aumentaria o investimento em R\$300.000,00 em contrapartida ao resultado da equivalência patrimonial.
- b) Não efetuará nenhum registro contábil.

- c) Aumentaria o investimento em R\$300.000,00 em contrapartida à conta reserva de capital no patrimônio líquido.
- d) Reduziria o valor da participação em R\$300.000,00 em contrapartida ao resultado de equivalência patrimonial.

20. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, a entidade investidora em coligadas deve divulgar, EXCETO:

- a) sua prática contábil para investimentos em coligadas.
- b) o valor contábil dos investimentos em coligadas.
- c) os investimentos em coligadas classificados como ativos circulantes e como ativos não circulantes, de forma segregada.
- d) o valor justo dos investimentos em coligadas contabilizados pelo método da equivalência patrimonial para os quais exista cotação de preço publicada.

21. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para se qualificar para a aplicação da contabilidade de hedge, a entidade deve estar em conformidade com uma série de condições. Assinale a opção que apresenta uma dessas condições.

- a) A entidade designa e documenta o relacionamento de hedge de forma que o risco a ser coberto o item objeto de hedge e o instrumento de hedge são claramente identificados e o risco no item coberto é o risco sendo coberto com o instrumento de cobertura.
- b) A entidade não espera que o instrumento de hedge seja efetivo na compensação do risco coberto designado.
- c) Possuir risco de taxa de câmbio de instrumento de dívida, avaliado pelo custo amortizado.
- d) O instrumento de hedge expirar ou for vendido ou rescindido.

22. De acordo com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, relativamente a empréstimo a pagar reconhecido na data do balanço, para o qual existe quebra de contrato ou inadimplência do principal, juros, fundo de amortização ou termos de resgate, que não foram sanados até aquela data, a entidade deve divulgar, EXCETO:

- a) detalhes sobre aquela quebra ou inadimplência.
- b) o valor justo dos empréstimos a pagar correspondentes na data do balanço.

- c) o valor contábil dos empréstimos a pagar correspondentes na data do balanço.
- d) se a quebra de cláusulas ou inadimplência foi sanada ou as cláusulas dos empréstimos a pagar foram renegociadas, antes de as demonstrações contábeis terem sido autorizadas para emissão.

23. Conforme a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, estoques são ativos, EXCETO:

- a) mantidos para venda no curso normal dos negócios.
- b) recebidos em consignação para venda.
- c) no processo de produção para venda.
- d) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços.

24. A empresa comercial ABC adquiriu mercadorias em 31/10/2010 no valor de R\$600.000,00 para pagamento em 30, 60 e 90 dias. Na Nota Fiscal, foi destacado ICMS no valor de R\$102.000,00. Como optante pelo lucro real, a ABC utilizou créditos do PIS e da COFINS. Possuindo disponibilidade suficiente, a ABC resolveu antecipar o pagamento das faturas e obteve desconto no valor de R\$42.000,00. No final do exercício, a ABC constatou que as mercadorias adquiridas ainda mantidas em estoque valiam, a preço de venda líquido, apenas, R\$380.000,00. Assinale a opção que apresenta o valor das mercadorias em estoque e o valor da provisão a ser registrada para ajuste ao valor de mercado.

- a) Estoque R\$400.500,00 - Ajuste R\$20.500,00.
- b) Estoque R\$442.500,00 - Ajuste R\$62.500,00.
- c) Estoque R\$600.000,00 - Ajuste R\$220.000,00.
- d) Estoque R\$498.000,00 - Ajuste R\$118.000,00.

25. A entidade deve reconhecer ativo fiscal diferido, conforme a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, nas seguintes situações.

- a) Para todas as diferenças temporárias para as quais espera que haja redução nos lucros tributáveis futuros.
- b) Para os créditos fiscais não utilizados e transportados para uma data futura.
- c) Para todos os prejuízos fiscais desde que mantidos em prejuízos acumulados.
- d) Para todos os prejuízos fiscais oriundos de entidade incorporada.

26. Identifique a definição abaixo que NÃO condiz com as orientações contidas na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

- a) Receita ocasiona um aumento de patrimônio líquido que se origina no curso das atividades normais da entidade.
- b) Perda ocasiona uma redução no patrimônio líquido e pode ter origem das atividades normais da entidade e só pode ser reconhecida na demonstração de resultado.
- c) Ganho ocasiona um aumento do patrimônio líquido, mas difere da receita por não ter origem das atividades normais da empresa, podendo ser reconhecido na demonstração de resultado ou do resultado abrangente.
- d) Despesa ocasiona uma redução do patrimônio líquido e se origina das atividades normais da entidade.

27. Conforme a Lei n.º 6.404/76 e alterações posteriores, compete ao conselho de administração, se houver, ou aos diretores, observado o disposto no estatuto, convocar a assembleia geral. Entretanto, a Lei permite que a assembleia geral seja também convocada em outras situações. Identifique a situação em que a assembleia geral NÃO poderá ser convocada.

- a) Por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 90 (noventa) dias, a convocação nos casos previstos em lei ou no estatuto.
- b) Por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo do capital votante, ou cinco por cento, no mínimo, dos acionistas sem direito a voto, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação de assembleia para instalação do conselho fiscal.
- c) Pelo conselho fiscal (quando assembleia ordinária), se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação; a extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo, na agenda das assembleias, as matérias que considerarem necessárias.
- d) Por acionistas que representem cinco por cento, no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem, no prazo de oito dias, a pedido de convocação que apresentarem, devidamente fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas.

28. Com base na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, ativo intangível é um ativo não monetário identificável sem substância física e que pode ter origem, EXCETO de:

- a) investimentos com remanejamento ou reorganização, total ou parcial, da entidade.
- b) aquisição, em separado, de pessoa física ou jurídica.
- c) aquisição por meio de subvenção governamental.
- d) aquisição como parte de combinação de negócios.

29. Com base na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, dentre os ativos intangíveis abaixo relacionados, identifique aquele que deverá ser registrado como Ativo:

- a) lista de publicação, lista de clientes, marcas desenvolvidas internamente.
- b) gastos com publicidade e atividades promocionais.
- c) gastos com atividades de treinamento.
- d) fórmula adquirida de terceiros para produção de perfume.

30. Com base na NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, na adoção inicial, a empresa PBG Ltda. possuía no seu ativo não circulante (ANC) um terreno para investimento com valor contábil de R\$72.000,00, avaliado no mercado por R\$1.200.000,00, conforme laudo emitido por corretores de imóveis. Ao adotar, pela primeira vez, as normas aplicáveis às PME, o contador procedeu ao registro contábil da diferença. Com base nos dados acima, assinale a opção que apresenta o registro **CORRETO**.

- a) Débito – ANC - Terrenos para investimentos – Reavaliação
Crédito – PL - Reserva de reavaliação – Terreno
- b) Débito – ANC - Terrenos para investimentos – Dif. custo atribuído
Crédito – PL - Reserva de reavaliação - Terreno
- c) Débito – ANC - Terrenos para investimentos – Dif. custo atribuído
Crédito – PL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído – Terreno
- d) Débito – ANC - Terrenos para investimentos
Crédito – R - Ganho por diferença valor de mercado

31. A companhia aberta Santiago S.A., com o objetivo de aplicar o método de equivalência patrimonial em sua controlada Atacama S.A., procedeu à eliminação do lucro não realizado na controlada por transações realizadas entre as sociedades. Embora a subsidiária tenha a obrigação de enviar o patrimônio líquido ajustado, conforme NBC TG 18 – Investimento em Coligada e em Controlada, o contador enviou um e-mail para a controladora com o valor para que fosse efetuado o ajuste. Os valores, na data-base de 31 de dezembro de 2010, apresentavam-se como segue:

Patrimônio líquido da controlada	R\$ 27.400.000,00
Lucro não realizado entre as sociedades (*)	R\$ 1.200.000,00
Valor contábil do investimento antes da equivalência	R\$ 15.000.000,00
Percentual de participação no capital	60%
(*) Líquido dos tributos incidentes (IR+CS)	

A Santiago S.A. é detentora de 80% das ações ordinárias e de 20% das ações preferenciais, detendo 60% do total do capital social. O restante das ações está distribuído no mercado e é negociado na Bolsa de Valores.

Com base nos dados apresentados e considerando a Instrução CVM n.º 247/96 e sua Nota Explicativa, como contador da controladora, determine o novo valor contábil do investimento da Santiago S.A. após a aplicação do método de equivalência patrimonial.

- a) R\$16.680.000,00.
- b) R\$16.440.000,00.
- c) R\$15.720.000,00.
- d) R\$15.240.000,00.

32. Conforme a Lei n.º 6.404/76, a companhia poderá negociar com as próprias ações, EXCETO:

- a) na alienação das ações adquiridas para permanência em tesouraria ou cancelamento.
- b) nas operações de resgate, reembolso ou amortização previstas em lei.
- c) na compra, quando resolvida a redução do capital, mediante restituição em dinheiro, de parte do valor das ações e o preço destas ações em bolsa for inferior ou igual à importância restituída.
- d) na aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento, adquiridas até o valor do saldo das reservas de lucro, inclusive a reserva legal, e sem diminuição do capital social ou por doação.

33. A NBC TG – ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis aprovada pela Resolução CFC n.º 1.121/08 estabelece os conceitos que fundamentam a preparação e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos. Portanto, a finalidade da Estrutura Conceitual é, EXCETO:

- a) dar suporte aos responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação das normas e no tratamento de assuntos que ainda não tiverem sido objeto de normas.
- b) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas.
- c) apoiar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, preparadas em conformidade com as normas.
- d) definir normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação.

34. Quando uma companhia não cumpre determinadas cláusulas contratuais, o responsável pela elaboração das demonstrações contábeis deverá analisar, cuidadosamente, todos os empréstimos e financiamentos de longo prazo, tendo em vista que esse fato poderá trazer impactos significativos no seu fluxo de caixa e na estrutura do balanço patrimonial.

O principal financiamento da companhia GPS S.A. atingiu um percentual dentro da estrutura do passivo total e em relação ao patrimônio líquido que determinou o default ou liquidação imediata da obrigação com a instituição financeira. A administração da companhia comunicou ao seu auditor independente o problema e entregou uma carta protocolizada na instituição financeira na qual informava os motivos e dificuldades ocorridos no exercício de 2010 e pedia uma carência para regularizar a situação. Ao auditor informou também que não iria alterar a classificação da obrigação original classificada no passivo não circulante e nem divulgar o fato em nota explicativa, entretanto concordava em assumir a responsabilidade pela definição da carência na carta de representação, já que, até o momento, a instituição financeira não tinha se manifestado.

Como sócio e responsável técnico da ABC Auditores Independentes, você tomará qual das seguintes providências na emissão do relatório dos auditores independentes da GPS S.A.?

- a) Emissão do relatório do auditor independente sem modificação, considerando que a mesma instituição financeira no passado concordou em dar uma carência para a companhia.
- b) Inclusão no relatório dos auditores independentes de um parágrafo de ênfase, chamando a atenção dos usuários das demonstrações contábeis para o problema.
- c) Inclusão no relatório dos auditores independentes de um parágrafo sobre o problema (base para opinião com ressalva) e emissão de opinião com ressalva.
- d) Emissão do relatório do auditor independente com abstenção de opinião, considerando que a administração impôs uma limitação ao alcance da auditoria.

35. De acordo com a NBC TG 25 - Provisões e Passivos e Ativos Contingentes, uma companhia, para efetuar o reconhecimento de provisões, deve satisfazer a três condições. Assinale a opção que NÃO reúne uma dessas condições.

- a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado.
- b) A entidade tem uma obrigação passada a ser registrada no presente e não existe grau de incerteza relevante.
- c) A entidade, provavelmente, terá que arcar com recursos para liquidar a obrigação.
- d) A entidade pode fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

36. A companhia Ceará S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado, de acordo com o seu estatuto, deve distribuir dividendos obrigatórios de, no mínimo, 50% do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, ajustado nos moldes previstos no artigo 193 da Lei n.º 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2010, as informações sobre o capital e a composição do patrimônio líquido eram as seguintes:

Descrição	R\$	Quantidade de Ações
Capital social autorizado	2.000.000,00	2.000.000
Capital social integralizado	1.000.000,00	1.000.000
Ações em tesouraria	40.000,00	20.000
Reserva legal	160.000,00	-
Lucro líquido do exercício	180.000,00	-

Em 2010, não houve alteração do capital social e as ações em tesouraria foram adquiridas em 2009.

Com base nas informações acima e na NBC TG 41 - Resultado por Ação, calcule o valor do dividendo por ação do capital social ao final do exercício de 2010 (valor arredondado).

- a) 0,1745.
- b) 0,0900.
- c) 0,0872.
- d) 0,0855.

37. Um auditor independente, após obter sua inscrição no Cadastro Nacional dos Auditores Independentes (CNAI), deverá cumprir as exigências da Educação Profissional Continuada, conforme NBC PA 12 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.146/08. Para cumprimento do Programa, há a necessidade de atender a uma quantidade de pontos/horas de Educação Continuada, que são, no mínimo:

- a) 36 (trinta e seis) pontos em cada ano.
- b) 20 (vinte) pontos no ano e 96 (noventa e seis) pontos no triênio.
- c) 20 (vinte) pontos no ano e 76 (setenta e seis) pontos no triênio.
- d) 20 (vinte) pontos no primeiro ano, 26 (vinte e seis) pontos no segundo ano e 36 (trinta e seis) pontos no terceiro ano do triênio.

38. Conforme o Código de Ética Profissional do Contabilista aprovado pela Resolução n.º 803/96, no que se refere à disponibilização dos papéis de trabalho, relatórios e outros documentos, que deram origem e orientaram a execução do seu trabalho, para fins de fiscalização pelo Conselho Regional de Contabilidade, o auditor independente:

- a) está obrigado a atender e a apresentar toda a documentação da auditoria.
- b) pode recusar-se a apresentar a documentação da auditoria por ferir o sigilo profissional em relação ao seu cliente.
- c) pode recusar-se a apresentar a documentação da auditoria por inexistir norma profissional que o obrigue a fazê-lo.
- d) somente poderá apresentar toda a documentação da auditoria se a empresa auditada autorizar por escrito a apresentação desses documentos, evitando a quebra flagrante de confidencialidade.

39. Na elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TA 200 - Objetivos Gerais do Auditor Independente, uma lei ou regulamento podem estabelecer as responsabilidades da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança, em relação a relatórios financeiros. Entretanto, a extensão dessas responsabilidades, ou a forma que elas são descritas, pode ser diferente. Apesar dessas diferenças, uma auditoria em conformidade com NBC TA é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança reconhecem e entendem que eles têm essa responsabilidade. A Administração é responsável pelas seguintes ações, EXCETO:

- a) pelo julgamento ao fazer estimativas contábeis que sejam razoáveis nas circunstâncias, assim como ao selecionar e ao aplicar políticas contábeis apropriadas. Esses julgamentos são estabelecidos no contexto da estrutura de relatório financeiro aplicável e deverão ser submetidos ao auditor independente no curso do registro contábil. A estrutura de relatório financeiro também deverá ser adequada.
- b) pela elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável, incluindo, quando relevante, sua apresentação adequada.
- c) por fornecer ao auditor: (i) acesso a todas as informações que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança tenham conhecimento e que sejam relevantes para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, tais como: registros e documentação e outros assuntos; (ii) informações adicionais que o auditor possa solicitar da administração e, quando apropriado, dos responsáveis pela governança para a finalidade da auditoria; e (iii) acesso irrestrito às pessoas da entidade, que o auditor considere ser necessário para obter evidências de auditoria.
- d) pelo controle interno que os administradores e, quando apropriado, os responsáveis pela governança determinam ser necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis que estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

40. Conforme a NBC TG 27 - Ativo Imobilizado, os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são consumidos pela entidade, principalmente, por meio do seu uso. Porém, outros fatores, tais como obsolescência técnica ou comercial e desgaste normal enquanto o ativo permanece ocioso, muitas vezes dão origem à diminuição dos benefícios econômicos que poderiam ter sido obtidos do ativo. A seguir, são apresentados alguns dos fatores que são considerados na determinação da vida útil de um ativo, **EXCETO**:

- a) uso esperado do ativo, quando é avaliado com base na capacidade ou produção física esperadas.
- b) desgaste físico normal esperado, que depende de fatores operacionais, tais como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, o programa de reparos e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso.
- c) obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço derivado do ativo.
- d) aumento de valor de um terreno no qual um edifício esteja construído afeta o valor contábil do edifício e, conseqüentemente, a sua depreciação.

41. Considerando as determinações constantes na Deliberação n.º 273/98 e na Instrução CVM n.º 371/02, referentes à contabilização do ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e das bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) e das diferenças temporárias, assinale a opção **CORRETA**.

- a) Devem ser reconhecidos, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucratividade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros definidos em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de três anos.
- b) Devem ser reconhecidos, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucros e expectativa de lucros tributáveis futuros baseado no prazo definido em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de cinco anos, e desde que a companhia tenha obtido lucro tributável em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais.
- c) Devem ser reconhecidos, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucratividade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, definidos em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.
- d) Por contrariar o Princípio do Conservadorismo, esses ativos não devem ser objeto de contabilização, sendo registrados somente quando compensados com os impostos e contribuições devidos.

42. Conforme a NBC TA – ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, a confiabilidade da evidência é influenciada pela sua fonte e pela sua natureza e é dependente das circunstâncias individuais em que é obtida. Embora reconhecendo que podem existir exceções, as seguintes generalizações acerca da confiabilidade da evidência podem ser úteis, EXCETO:

- a) a evidência é mais confiável quando for obtida de fontes internas do que de fora da entidade.
- b) a evidência que é gerada internamente é mais confiável quando os controles internos são eficazes.
- c) a evidência é mais confiável quando em forma documental, seja em papel, em forma eletrônica ou em outro meio.
- d) a evidência proporcionada por documentos originais é mais confiável do que a evidência proporcionada por fotocópias ou fac-símiles.

43. De acordo com a NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, para atingir os objetivos gerais do auditor, ele deve utilizar os procedimentos estabelecidos nas NBC TA relevantes ao planejar e executar a auditoria. Se um objetivo em uma NBC TA relevante não pode ser cumprido, o auditor deve avaliar se isso o impede de cumprir os objetivos gerais de auditoria e se isso EXIGE que ele, em conformidade com as NBC TA:

- a) ajuste a estratégia de auditoria e modifique sua opinião.
- b) modifique sua opinião ou renuncie ao trabalho.
- c) ajuste a estratégia de auditoria e não modifique sua opinião.
- d) reformule os objetivos do trabalho.

44. De acordo com a NBC TA 210 – Concordância com os Termos do Trabalho de Auditoria, o auditor não deve concordar com uma mudança nos termos do trabalho de auditoria quando não há justificativa razoável para essa mudança. Se, antes de concluir o trabalho de auditoria, o auditor for solicitado a mudar o alcance para um trabalho que forneça um menor nível de asseguração, o auditor deve determinar se há justificativa razoável para essa mudança. Se os termos do trabalho de auditoria são alterados, o auditor e a administração devem concordar com os novos termos do trabalho e formalizá-los na carta de contratação ou outra forma adequada de acordo por escrito. Se o auditor não concordar com a mudança dos termos do trabalho de auditoria e a administração não permitir que ele continue o trabalho de auditoria original, o auditor DEVE:

- a) determinar se há alguma obrigação contratual ou, de outra forma, relatar as circunstâncias a outras partes, como os responsáveis pela governança, proprietários ou reguladores.
- b) retirar-se do trabalho de auditoria, quando permitido por lei ou regulamento aplicável.
- c) retirar-se do trabalho de auditoria, quando permitido por lei ou regulamento aplicável; e determinar se há alguma obrigação, contratual ou de outra forma, de relatar as circunstâncias a outras partes, como os responsáveis pela governança, proprietários ou reguladores.
- d) relatar, obrigatoriamente, as circunstâncias a outras partes, como os responsáveis pela governança, proprietários ou reguladores.

45. De acordo com a NBC TA 230 – Documentação de Auditoria, o auditor deve preparar documentação de auditoria que seja suficiente para permitir que um auditor experiente entenda, sem nenhum envolvimento anterior com a auditoria, evidenciando, EXCETO:

- a) a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria executados para cumprir com as normas de auditoria e exigências legais e regulamentares aplicáveis.
- b) os resultados dos procedimentos de auditoria executados e a evidência de auditoria obtida.
- c) assuntos significativos identificados durante a auditoria, as conclusões obtidas a respeito deles e os julgamentos profissionais significativos exercidos para chegar a essas conclusões.
- d) a evolução dos trabalhos através de todas as versões de papéis de trabalho, demonstrações contábeis e notas que reflitam entendimento preliminar e cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos.

46. Conforme a NBC TA 300 – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o auditor deve estabelecer uma estratégia global de auditoria que defina o alcance, a época e a direção da auditoria, para orientar o desenvolvimento do plano de auditoria. Ao definir a estratégia global, o auditor deve, EXCETO:

- a) identificar as características do trabalho para definir o seu alcance.
- b) definir os objetivos do relatório do trabalho de forma a planejar a época da auditoria e a natureza das comunicações requeridas.
- c) considerar os fatores que, no julgamento da entidade, são significativos para orientar os esforços da equipe do trabalho.
- d) considerar os resultados das atividades preliminares do trabalho de auditoria e, quando aplicável, se é relevante o conhecimento obtido em outros trabalhos realizados pelo sócio do trabalho para a entidade.

47. Conforme a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente, o auditor deve obter entendimento do sistema de informação, inclusive dos processos de negócio relacionados, relevantes para as demonstrações contábeis, incluindo, EXCETO:

- a) todas as classes de transações, mesmo as não relevantes, nas operações da entidade a nível de usuários dos sistemas informatizados em uso, considerando os controles sobre a inclusão de novos usuários, acesso e política de recuperação de dados.
- b) os procedimentos, tanto de Tecnologia de Informação (TI) quanto de sistemas manuais, pelos quais essas transações são iniciadas, registradas, processadas, corrigidas conforme a necessidade, transferidas para o razão geral e divulgadas nas demonstrações contábeis.
- c) os respectivos registros contábeis, informações-suporte e contas específicas nas demonstrações contábeis utilizados para iniciar, registrar, processar e reportar transações; isto inclui a correção de informações incorretas e a maneira como as informações são transferidas para o razão geral.
- d) o sistema de informações e a forma como captura eventos e condições que são significativos para as demonstrações contábeis, que não sejam transações.

48. De acordo com a NBC TA 330 – Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados, se o auditor obtém evidência de auditoria sobre a efetividade operacional dos controles durante período intermediário, o auditor DEVE:

- a) obter evidência de auditoria das alterações significativas nesses controles após o período intermediário; e determinar a evidência de auditoria adicional a ser obtida para o período remanescente.
- b) obter evidência de auditoria das alterações significativas nesses controles após o período intermediário; ou determinar a evidência de auditoria adicional a ser obtida para o período remanescente.
- c) estabelecer se essa evidência continua relevante mediante a obtenção de evidência de auditoria quanto a ocorrência, ou não, de alterações significativas nesses controles após a auditoria anterior.
- d) obter essa evidência mediante indagação, juntamente com observação ou inspeção, para confirmar o entendimento desses controles específicos, e se houve alterações que afetam a continuidade da relevância da evidência de auditoria de um trabalho anterior.

49. De acordo com o reconhecimento e mensuração de ativos biológicos e agrícolas, durante o processo de contabilização dos ativos de uma entidade voltada para a exploração agrícola (NBC TG 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola), a entidade deve reconhecer um ativo biológico ou produto agrícola somente quando, EXCETO:

- a) controla o ativo como resultado de eventos passados.
- b) for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade.
- c) o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado de forma confiável.
- d) o valor justo diminuído do custo da colheita possa representar o custo do ativo.

50. Conforme a NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno, o auditor deve incluir na comunicação por escrito das deficiências significativas de controle interno descrição das deficiências e explicação de seus possíveis efeitos; e informações suficientes para permitir que os responsáveis pela governança e a administração entendam o contexto da comunicação. O auditor deve, especificamente, explicar que, EXCETO:

- a) o objetivo da auditoria era o de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis.
- b) a auditoria incluiu a consideração do controle interno relevante para a elaboração das demonstrações contábeis com a finalidade de planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno.
- c) os assuntos comunicados estão limitados às deficiências que o auditor identificou durante a auditoria e concluiu serem de importância suficiente para comunicar aos responsáveis pela governança.
- d) os possíveis efeitos das deficiências significativas e a quantificação desses efeitos. As deficiências significativas podem ser agrupadas para fins de comunicação.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. Como resultado da aplicação dos testes de auditoria realizados na GIGIO S/A, constatou-se que a empresa adota o método de depreciação linear dos bens de uso, tendo como base os percentuais máximos admitidos pelo fisco federal. Considerando as determinações contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes, relate o problema detectado e faça as recomendações cabíveis como parte do relatório circunstanciado a ser encaminhado à administração da auditada.
52. Comente sobre os objetivos do auditor independente em obter representações formais da Administração, a qualificação dessas representações como evidência de auditoria e a responsabilidade da Administração em relação à elaboração das demonstrações contábeis.

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>